

## **ANEXO I - REGRAS GERAIS**

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA FINALIDADE**

O presente Acordo de Resultados tem por objeto a pactuação dos resultados constantes do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG, conforme as diretrizes estabelecidas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI.

Parágrafo Único - Os objetos de pactuação do Acordo de Resultados de Primeira Etapa serão desdobrados em resultados e metas individualizadas por equipe de trabalho, pactuadas em Acordo de Resultados subsidiário e acessório a este instrumento – denominado Acordo de Resultados de Segunda Etapa - assinado entre o dirigente máximo de cada Secretaria de Estado, Órgão Autônomo ou Entidade Acordada neste instrumento principal e os responsáveis pelas respectivas equipes de trabalho, individualizadas no instrumento acessório.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS ACORDADOS**

Obrigam-se os Acordados a:

I - alcançar os resultados pactuados;

II - promover a fiel utilização dos recursos pactuados neste Acordo para o cumprimento das metas e alcance dos resultados, observando na execução de suas atividades, as diretrizes governamentais para a sua área de atuação;

III - executar as ações de apoio solicitadas por outros órgãos e entidades do Poder Executivo para consecução dos resultados previstos no Acordo de Resultados destes e pactuadas nas reuniões de Comitê;

IV - fornecer as informações necessárias ao monitoramento e auditoria do Acordo de Resultados, garantindo a precisão e veracidade das informações e apresentando documentação comprobatória sempre que solicitado;

V - prestar as informações adicionais solicitadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação e disponibilizar documentos que as comprovem;

VI – garantir, nos termos da legislação vigente, a interrupção do uso da(s) autonomia(s) concedida(s);

VII - elaborar e encaminhar relatórios de execução do objeto pactuado.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS ACORDANTES**

As obrigações do Acordante, Governador do Estado de Minas Gerais, nesse Acordo de Resultados serão delegadas à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Obriga-se o Acordante a:

I - zelar pela pertinência, desafio e realismo das metas e ações pactuadas;

II - supervisionar e monitorar a execução deste Acordo de Resultados;

III - coordenar a Comissão de Acompanhamento e Avaliação;

IV - garantir a presença e participação de seus representantes nas Comissões de Acompanhamento e Avaliação.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS INTERVENIENTES**

São intervenientes neste Acordo de Resultados a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG e Secretaria de Estado de Fazenda - SEF.

§1º Cabe à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão:

I - apoiar a utilização das autonomias gerenciais e orçamentárias pactuadas;

II - aprovar a conformidade e adequação técnicas das eventuais alterações no Acordo de Resultados;

III - monitorar a execução deste Acordo de Resultados em conjunto com as Assessorias de Gestão Estratégia e Inovação dos respectivos acordantes, ou unidade similar;

IV - garantir a presença e participação de seus representantes nas Comissões de Acompanhamento e Avaliação.

§2º - Cabe à Secretaria de Estado de Fazenda:

I – garantir a presença e participação de seus representantes nas Comissões de Acompanhamento e Avaliação.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA GERENCIAL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ACORDADO**

Com o objetivo de alcançar ou superar as metas fixadas, serão concedidas prerrogativas de ampliação de autonomia, a serem utilizadas conforme juízo de conveniência e oportunidade do órgão acordado, nos termos da legislação vigente.

§1º - À Secretaria de Estado Acordada será concedida a autonomia de alterar o quantitativo e a distribuição dos cargos de provimento em comissão, das funções gratificadas e das gratificações temporárias estratégicas, identificadas no órgão, nos termos da legislação vigente.

§2º - A autonomia de que trata o parágrafo anterior se estenderá à Entidade acordada, quando autorizada expressamente pelo dirigente da Secretaria de Estado acordada.

§3º - Outras autonomias poderão estar previstas, nos termos da legislação vigente, nos Acordos de Resultados acessórios de que trata o parágrafo único da cláusula primeira.

§4º - As autonomias concedidas neste instrumento de Acordo de Resultados e acessório a este instrumento, sua segunda etapa, se mantêm válidas até o final do período de pactuação seguinte, ou até manifestação expressa em contrário da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças, nos termos da legislação vigente.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DO PRÊMIO POR PRODUTIVIDADE**

O Prêmio por Produtividade será pago nos termos da legislação vigente, sempre que cumpridos os requisitos legais definidos para tal, aplicando-se aos órgãos e entidades deste Sistema Operacional que assinam o presente acordo, a modalidade de Premiação com base na Receita Corrente Líquida.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

Os recursos orçamentários e financeiros necessários ao cumprimento do Acordo de Resultados são os estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

**CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**

O desempenho dos Acordados será avaliado pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação, instituída após a assinatura deste instrumento, nos termos da legislação vigente.

§1º - Havendo impossibilidade de comparecimento de membro da Comissão de Acompanhamento e Avaliação a qualquer reunião, sua substituição temporária, indicada pelo próprio membro ou por seu superior hierárquico, deverá ser comunicada e justificada aos demais membros e registrada no relatório de Acompanhamento e Avaliação assinado pela Comissão.

§2º - O acompanhamento e a avaliação do Acordo de Resultados serão realizados por meio de:

I - Relatórios Gerenciais de Execução elaborados pelo acordado conforme modelo disponibilizado pela SEPLAG, que deverão informar o resultado de cada indicador, ação ou marco pactuado para o período avaliado, indicar a fonte de comprovação da informação, propor recomendações para a próxima pactuação e prover informações adicionais a respeito da execução dos indicadores/produtos.

II - Reuniões da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, coordenadas pela SEPLAG.

III - Relatórios Gerenciais de Avaliação, elaborados e assinados pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação conforme modelo disponibilizado pela SEPLAG, que deverão indicar a nota atribuída a cada indicador, ação ou marco avaliado e a nota total atribuída pela comissão e propor recomendações para a posterior pactuação.

§3º - Ao final de cada período avaliatório, os indicadores, ações e/ou marcos serão avaliados calculando-se o percentual de execução das metas previstas para cada indicador, ação ou marco em particular, conforme fórmula de cálculo de desempenho definida na descrição de cada item.

§4º - As notas de cada um dos objetos de pactuação serão calculadas pela média ponderada das notas dos indicadores, ações e/ou marcos constantes em cada quadro.

§5º - O indicador, ação e/ou marco que eventualmente não possa ser avaliado e cuja apuração do desempenho dependa de outros órgãos e entidades públicas ou de fontes oficiais, será desconsiderado da avaliação, subtraindo-se seu peso do somatório dos pesos que compõe o denominador da fórmula de cálculo da nota de cada objeto de pactuação, sem que haja redistribuição, portanto, do peso do indicador excluído, seja entre os demais componentes do quadro avaliado, seja entre os quadros objetos de pactuação.

§6º - A nota atribuída pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação ao Acordo de Resultados será calculada pela média ponderada das notas dos quadros objetos de pactuação.

**CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E REVISÃO**

O presente Acordo de Resultados vigorará de 1º de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014 e poderá ser renovado, se houver interesse dos signatários.

Parágrafo Único - A revisão do Acordo de Resultados será anual, podendo ocorrer em menor prazo, quando constatada a necessidade pelas partes, e deverá ser formalizada por meio de Termo Aditivo, celebrado pelos signatários após aprovação da SEPLAG.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

O Acordo de Resultados poderá ser rescindido por consenso entre as partes ou por ato unilateral e escrito do Acordante em caso de descumprimento grave e injustificado.

Parágrafo Único - Ocorrendo a rescisão deste ficarão automaticamente encerradas as autonomias e flexibilidades concedidas ao Acordado, devendo o mesmo seguir a legislação vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICIDADE**

O extrato do Acordo de Resultados e seus respectivos aditamentos serão publicados no órgão de imprensa oficial do Estado, pelo Acordante.

§1º - O presente Acordo de Resultados e seus aditivos serão disponibilizados nos sítios eletrônicos do Acordado e da SEPLAG.

§2º - O Acordado providenciará a ampla divulgação interna deste Acordo de Resultados, de seus relatórios de execução e respectivos relatórios da Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

## ANEXO II - DESCRIÇÃO DOS OBJETOS DE PACTUAÇÃO

### 1. Entregas Estratégicas

De acordo com a legislação vigente os atos relativos à revisão do Acordo de Resultados serão analisados por instância decisória específica da SEPLAG.

#### Indicador 1: Índice Total de Resolubilidade

**Descrição:** Resolubilidade mede a eficiência da Ouvidoria Geral em dar respostas às manifestações dos cidadãos até o nível de sua competência. O indicador mensura o percentual de manifestações resolvidas com a intervenção da OGE, através das Ouvidorias Especializadas e da Superintendência de Apoio Técnico. São consideradas as manifestações recebidas e resolvidas no período, sendo incluídas no cálculo as manifestações pendentes do exercício anterior.

**Limites do indicador:** As manifestações passíveis de verificação por meio desse indicador são todas com status diferente de “encerrada” em 01/01/2014, independentemente da data de registro na OGE, e todas as manifestações registradas durante o ano de 2014.

**Fórmula:**  $R(\%) = \left[ 1 - \left( \frac{\text{manifestações pendentes ao final do exercício corrente}}{\text{número total de manifestações tratadas no exercício corrente}} \right) \right] * 100$ , onde:

Número total de manifestações tratadas no exercício corrente (A+B).

Manifestações pendentes ao final do exercício (A+B-C).

(A) manifestações recebidas no exercício corrente.

(B) manifestações pendentes de exercícios anteriores (passivo).

(C) manifestações resolvidas no exercício corrente.

**Unidade de medida:** %

**Polaridade:** Maior melhor

**Fonte de dados:** Diretoria de Análise, Estatística e Informação (DAI)/OGE.

**Fonte de comprovação:** Relatório assinado e datado com dados consolidados das manifestações recebidas pela OGE, registradas em sistema(s) informatizado(s), emitido pela DAI/OGE.

**Periodicidade de avaliação:** Anual

**Periodicidade de monitoramento:** Mensal

**Cálculo do desempenho:**  $Nota = \left( \frac{\text{valor apurado}}{\text{valor da meta}} \right) * 100$

#### Indicador 2: Número Total de Manifestações Recebidas

**Descrição:** O indicador visa medir a abrangência da atuação da Ouvidoria-Geral do Estado, que tem como função precípua ser canal de interlocução entre o cidadão e o Governo de Minas Gerais, recebendo manifestações classificadas em denúncia, reclamação, sugestão, solicitação, elogio, informação e crítica, por meio do número 162, do sítio eletrônico [www.ouvidoriageral.mg.gov.br](http://www.ouvidoriageral.mg.gov.br), do fax (31) 3915-8145 e de ofício encaminhado ao órgão. O cidadão também pode enviar carta ou procurar pessoalmente a OGE no 12º andar do Edifício Minas na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves e nas Unidades de Atendimento Integrado (UAIs) distribuídas pelo Estado. Há também a opção,

para demandas sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), de registrar a manifestação no sítio eletrônico do “Ouvidor SUS” <http://ouvprod01.saude.gov.br/ouvidor/CadastroDemandaPortal.do>.

**Limites do indicador:** As manifestações passíveis de verificação por meio desse indicador são todas as registradas durante o ano de 2014, independentemente do meio utilizado.

**Fórmula:**  $\sum$  das manifestações recebidas entre janeiro e dezembro de 2014

**Unidade de medida:** Unidade

**Polaridade:** Maior melhor

**Fonte de dados:** Diretoria de Análise, Estatística e Informação (DAI)/OGE

**Fonte de comprovação:** Relatório assinado e datado com dados consolidados das manifestações recebidas pela OGE, registradas em sistema(s) informatizado(s), emitido pela DAI/OGE.

**Periodicidade de avaliação:** Anual

**Periodicidade de monitoramento:** Mensal

**Cálculo do desempenho:**  $Nota = \left( \frac{\text{Valor apurado}}{\text{Valor da meta}} \right) * 100$

### **Indicador 3: Número de Municípios Aderidos à Rede Mineira de Ouvidorias Públicas – Rede Ouvir- MG**

**Descrição:** Esse indicador mensura o quantitativo de municípios que aderiram à Rede Mineira de Ouvidorias Públicas – REDE OUVIR- MG, por meio da assinatura de termo de adesão em conjunto com o coordenador executivo da REDE OUVIR -MG, nos termos do Protocolo de Intenções nº 02, de 18 de setembro de 2013, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, com interveniência da Ouvidoria-Geral do Estado, a Assembleia Legislativa do Estado, o Tribunal de Justiça do Estado, o Ministério Público do Estado e o Tribunal de Contas do Estado, que encontra-se disponível no sítio eletrônico da Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais: [http://ouvidoriageral.mg.gov.br/downloads/documento/cat\\_view/352-protocolo-de-intencaoestermos-adesao-rede-ouvir](http://ouvidoriageral.mg.gov.br/downloads/documento/cat_view/352-protocolo-de-intencaoestermos-adesao-rede-ouvir)

**Fórmula:**  $\sum$  dos termos de adesão assinados em 2014

**Unidade de medida:** Unidade

**Polaridade:** Maior melhor

**Fonte de dados:** Diretoria de Articulação e Desenvolvimento (DAD)/ Superintendência de Apoio Técnico(SATE) /OGE

**Fonte de comprovação:** Relatório assinado e datado com dados consolidados dos termos assinados, emitido pela DAD/SATE, e cópia digitalizada dos termos de adesão assinados pelo município e Ouvidor-Geral do Estado.

**Periodicidade de avaliação:** Anual

**Periodicidade de monitoramento:** Mensal

**Cálculo do desempenho:**  $Nota = \left( \frac{\text{Valor apurado}}{\text{Valor da meta}} \right) * 100$

### **Indicador 4: Percentual de Manifestações Encerradas em Até 30 Dias Corridos**

**Descrição:** O indicador mensura o percentual de manifestações encerradas em até 30 dias após seu recebimento. As manifestações recebidas são encaminhadas às Ouvidorias Especializadas que analisam

os processos. Após apuração pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e retorno às Ouvidorias especializadas, é gerada uma resposta ao cidadão, a não ser que o retorno dos órgãos e entidades seja considerado insatisfatório, o que gera um novo encaminhamento. Critérios de encerramento: Manifestações que podem ser encerradas por serem consideradas irrelevantes ou não devidamente instruídas. Após o resultado da apuração pelos órgãos e entidades competentes do Poder Executivo Estadual, sendo considerado satisfatório, encerra-se o processo, gerando resposta definitiva ao cidadão.

**Limite:** As manifestações passíveis de verificação por meio desse indicador são todas as encerradas durante o ano de 2014, independentemente da data de registro na OGE.

**Fórmula:** 
$$\left( \frac{\sum \text{manifestação encerradas em até 30 dias corridos após seu recebimento no exercício corrente}}{\sum \text{das manifestações encerradas no exercício corrente}} \right) * 100$$

**Unidade de medida:** %

**Polaridade:** Maior melhor

**Fonte de dados:** Diretoria de Análise, Estatística e Informação (DAI)/OGE

**Fonte de comprovação:** Relatório assinado e datado com dados consolidados das manifestações recebidas pela OGE, registradas em sistema(s) informatizado(s), emitido pela DAI/OGE.

**Periodicidade de avaliação:** Anual

**Periodicidade de monitoramento:** Mensal

**Cálculo do desempenho:** 
$$\text{Nota} = \left( \frac{\text{Valor apurado}}{\text{Valor da meta}} \right) * 100$$

### Produto 1: Implantação da Metodologia de Monitoramento da Qualidade das Respostas

**Descrição:** A manifestação recebida e sua resposta são os principais insumos e produtos oferecidos pela OGE, haja vista cabe ao órgão “examinar manifestações referentes a procedimentos e ações de agente, órgão e entidade da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo Estadual, bem como de concessionário e permissionário de serviço público estadual”. Todavia atualmente o monitoramento qualitativo do tratamento das manifestações ocorre de forma não sistematizada, pois não há padrões estabelecidos de excelência, ficando sob responsabilidade exclusiva de cada equipe a definição de critérios de avaliação.

A criação e implementação de metodologia de monitoramento permitirá o estabelecimento de critérios objetivos de avaliação da qualidade do tratamento das manifestações, identificação de pontos de melhoria, proposição de correções e avaliação das medidas adotadas.

**Critério de Aceitação:** Metodologia, descrevendo critérios para seleção da amostra de manifestações, itens avaliados e indicadores propostos, publicada na intranet da OGE até 31/08/2014. Equipe responsável pela implementação da metodologia formalizada e treinada até dia 31/10/2014. Resultado da avaliação de, pelo menos, uma amostra de manifestações publicada na intranet da OGE até 31/12/2014.

**Forma de comprovação:** Publicações na intranet da OGE.

**Data da Entrega:** 31/12/2014

**Cálculo do Desempenho**

Situação da ação	Nota
Realizada em dia	100
Até 15 dias de atraso	90
De 16 a 30 dias de atraso	80
De 31 a 45 dias de atraso	70

De 46 a 60 dias de atraso	60
De 61 a 75 dias de atraso	50
Acima de 75 dias de atraso	0

## Produto 2: Mapeamento transversal de questões pertinentes às áreas comuns de atuação de mais de uma Ouvidoria Especializada

**Descrição:** Avaliar questões pertinentes às áreas comuns de atuação de mais de uma Ouvidoria Especializada, articulando conhecimento e experiência para produzir relatório que contenha estudo preliminar sobre serviços ou atividades públicos a serem aperfeiçoados, avaliação “in loco” e expedição de recomendações, visando à regularidade e à melhoria dos mesmos. O resultado final do produto, denominado Diagnóstico Transversal, será encaminhado aos dirigentes máximos dos sistemas operacionais envolvidos e ao Governador do Estado.

**Critério de Aceitação:** A escolha do serviço ou atividade pública avaliada deverá ser validada pelo Gabinete da OGE. Pelo menos duas Ouvidorias Especializadas deverão participar de cada Diagnóstico Transversal, produzindo relatório unificado que garanta seu caráter multidisciplinar. O produto deverá trazer previsão de elaboração de plano de ação conjunto para implementação de melhorias, definição de responsáveis pelo acompanhamento e prazos para reportar sua evolução aos dirigentes dos sistemas.

**Fonte de Comprovação:** Cópia dos Relatórios produzidos, com respectivos ofícios de encaminhamento.

**Data da Entrega:** 31/12/2014

### Cálculo do Desempenho

Situação da ação	Nota
Realizada em dia	100
Até 15 dias de atraso	90
De 16 a 30 dias de atraso	80
De 31 a 45 dias de atraso	70
De 46 a 60 dias de atraso	60
De 61 a 75 dias de atraso	50
Acima de 75 dias de atraso	0

## 2. Qualidade do Gasto

### 1. Índice de Execução do Planejamento Anual de Compras

**Descrição:** O indicador expressa a aderência das aquisições realizadas ao longo do ano ao Planejamento Anual de Compras de 2014.

Atribuir-se-á valor ao percentual de execução quantitativa e qualitativa do planejamento de compras.

**Fórmula:**  $[(0,5 * X) + (0,5 * Y)] * 100\%$

Onde:

X = Execução Quantitativa do Planejamento Anual de Compras.



Ela exprime a variação percentual entre o valor total homologado nos procedimentos de compras iniciados no Portal de Compras MG a partir de 01 de março de 2014 e o valor global do Planejamento Anual de Compras<sup>1</sup>.

Não serão incluídos no valor total homologado, para fins de cálculo da Execução Quantitativa, os processos cuja situação seja “não executado”, bem como os processos em que o procedimento de contratação seja “Outras Contratações - Recadastramento de contratos de obras anteriores a 2009”, “Outras Contratações - Recadastramento de processos”, e “Outras Contratações - Recadastramento de processos anteriores a 2009”.

$$X = \frac{\text{Valor Total Homologado Acumulado}}{\text{Valor Total Planejado}}$$

<b>Execução Quantitativa do Planejamento de Compras</b>	<b>Valor</b>
70% ≤ execução ≤ 130%	1
50% ≤ execução < 70% <b>ou</b> 130% < execução ≤ 150%	0,7
30% ≤ execução < 50% <b>ou</b> 150% < execução ≤ 200%	0,5
0% ≤ execução < 30% <b>ou</b> execução > 200%	0

Observação: Caso seja realizada a Revisão no Planejamento Anual de Compras do Órgão ou Entidade, o Valor Total Planejado será dado pela seguinte ponderação:

*Valor Total Planejado* = a + b, onde,

$$a = \text{Valor Total Planejado Inicial} \times \frac{\text{Nº de meses em que o planejamento inicial vigorou}}{\text{Nº total de meses em que há planejamento em vigor (mar-dez)}}$$

$$b = \text{Valor Total Planejado Depois da Revisão} \times \frac{\text{Nº de meses em que o planejamento revisado vigorou}}{\text{Nº total de meses em que há planejamento em vigor (mar-dez)}}$$

Veja o exemplo:

Considerando que o planejamento de compras estará em vigor entre março e dezembro de 2014, temos um total de 10 meses de execução de compras conforme o Calendário de Compras definido pelo órgão ou entidade. No entanto, caso a revisão do planejamento de compras seja encerrada em junho, teremos 4 meses de execução do planejamento inicial e 6 meses de execução do planejamento de compras revisado.

Se o valor planejado inicial totalizar R\$ 10.000.000,00 e após a revisão o valor total planejado para o ano passar para R\$ 8.000.000,00, o cálculo do indicador seria ponderado da seguinte maneira:

<sup>1</sup> O órgão ou entidade poderá iniciar uma compra planejada (vinculada a um planejamento no Portal de Compras MG) antes de 01 de março de 2014, o que não acarretará em prejuízo no seu resultado.

$$a = \text{R\$ } 10.000.000,00 \times \frac{4}{10}$$

$$a = \text{R\$ } 4.000.000,00$$

$$b = \text{R\$ } 8.000.000,00 \times \frac{6}{10}$$

$$b = \text{R\$ } 4.800.000,00$$

Se *Valor Total Planejado* = a + b, então:

*Valor Total Planejado* = R\$ 4.000.000,00 + R\$ 4.800.000,00

*Valor Total Planejado* = R\$ 8.800.000,00

A ponderação é necessária tendo em vista que o Planejamento Inicial (concluído até o dia 28 de fevereiro) deve ser seguido e executado pelo órgão ou entidade até o momento da conclusão da revisão, a partir do qual será executado o planejamento ajustado, depois da revisão. Além disso, o Planejamento Inicial deve ser elaborado levando-se em consideração toda a expectativa de compra do órgão ou entidade para o ano.

Y = Execução Qualitativa do Planejamento de Compras.

Ela exprime a variação percentual entre o rol de materiais/serviços planejados contemplados em processos de compras homologados no Portal de Compras MG e o rol total de materiais/serviços (planejados e não planejados) contemplados em processos de compras homologados no Portal de Compras MG. Serão considerados apenas procedimentos de compras iniciados no Portal de Compras a partir de 01 de março 2014.

São considerados “planejados” apenas os itens que forem vinculados ao Planejamento no momento da realização da solicitação de compra no Portal de Compras MG.<sup>2</sup>

$$Y = \frac{\text{Quantidade de códigos de materiais ou serviços homologados que foram planejados}}{\text{Quantidade de códigos de materiais ou serviços homologados}}$$

Execução Qualitativa do Planejamento de Compras	Valor
70% ≤ execução ≤ 100%	1
50% ≤ execução < 70%	0,7
30% ≤ execução < 50%	0,5
0% ≤ execução < 30%	0

**Polaridade:** Maior melhor

**Cumulatividade:** Cumulativo

**Periodicidade de monitoramento:** Bimestral

**Periodicidade de avaliação:** Anual

**Fonte dos Dados e de Comprovação:** Diretoria Central de Licitações e Contratos – DCLC da Superintendência Central de Recursos Logísticos e Patrimônio – SCRLP

**Meta:** 70%

**Cálculo do Desempenho:**

<sup>2</sup> Para os órgãos e entidades que tiverem suas unidades de compras migradas para o Centro de Serviços Compartilhados – CSC, serão excluídos do cálculo da execução qualitativa todos os itens planejados que não puderem ser vinculados no momento da solicitação de compras, em função das alterações que serão realizadas no Portal de Compras MG.

Aproveitamento	Nota
De 70% a 100% (Inclusive)	100
De 60% a 70% (Exclusive)	80
De 50% a 60% (Exclusive)	60
Abaixo de 50% (Exclusive)	0

## 2. Índice de Ociosidade de Materiais Estocados

**Descrição:** O indicador tem como objetivo apurar o percentual de itens ociosos nos estoques dos órgãos/ entidades. Quanto menor for o percentual de itens ociosos, melhor será a gestão do órgão sobre seus almoxarifados.

Será considerado ocioso o item de material que se estiver presente em estoque por 12 meses ou mais, sem qualquer registro de saída. O indicador considera a ociosidade do item ao nível do órgão/ entidades e não por unidade de almoxarifado.

Ademais, a apuração considerará a quantidade de itens distintos que se encontram ociosos, e não a soma das quantidades individuais de cada item ocioso.

O índice de ociosidade (percentual de itens ociosos) é calculado da seguinte forma:

$$\frac{\text{Número de itens distintos ociosos}}{\text{Número total de itens distintos em estoque}} * 100$$

Ex: se um órgão/entidade possui 02 itens distintos em estoque, sendo 100 unidades do primeiro e 50 unidades do segundo, para efeito de cálculo será verificada a ociosidade dos 2 itens e não de 150 unidades. Se não houver sido registrada qualquer saída para o primeiro item, o percentual de ociosidade do órgão será de 50% (resultante de 1/2) e não 66% (resultante de 100/150).

**Polaridade:** Menor melhor

**Cumulatividade:** Cumulativo

**Periodicidade de monitoramento:** Mensal

**Periodicidade de avaliação:** Anual

**Fonte dos Dados e de Comprovação:** Armazém de dados do módulo Material de Consumo do SIAD

**Meta:** Conforme quadro a seguir:

Índice de Referência	Meta:
Índice de Referência > 50%	Índice de ociosidade menor ou igual a 20%
Índice de Referência > 25% e ≤ 50%	Índice de ociosidade menor ou igual a 15%
Índice de Referência > 15% e ≤ 25%	Índice de ociosidade menor ou igual a 10%
Índice de Referência ≥ 0% e ≤ 15%	Índice de ociosidade menor ou igual a 5%

As metas foram definidas de acordo com o Índice de Referência (situação da ociosidade apurada em 06 de março de 2014) de cada órgão/entidade. Dessa forma, quando for realizada a apuração final, em janeiro de 2015, o órgão deverá ter reduzido a quantidade de itens ociosos em estoque de modo a alcançar a meta definida.

Para órgãos/entidades que tinham mais de 2.000 itens em almoxarifados, quando do cálculo de seu índice de referência, será aplicado o seguinte quadro:

<b>Índice de Referência</b>	<b>Meta:</b>
Índice de Referência > 50%	Índice de ociosidade menor ou igual a 25%
Índice de Referência > 25% e ≤ 50%	Índice de ociosidade menor ou igual a 20%
Índice de Referência > 15% e ≤ 25%	Índice de ociosidade menor ou igual a 15%
Índice de Referência ≥ 0% e ≤ 15%	Índice de ociosidade menor ou igual a 10%

### Cálculo de Desempenho

<b>Percentual de ociosidade</b>	<b>Nota</b>
Abaixo da meta	100
Acima da meta	0

Obs.: Se um órgão/ entidade tiver como meta reduzir seu índice de ociosidade para 20% ou menos, terá nota 100 apenas se atingir os 20% ou valor inferior. Caso seu índice de ociosidade seja maior que 20%, a nota atribuída será zero.

## ACORDO DE RESULTADOS – 1ª ETAPA 2014 - SCPPO

### 3. Índice de Regionalização da Execução

**Descrição:** A regionalização tem como fundamento o § 1º do art. 165 da Constituição Federal de 1988, quando estabelece que o plano plurianual apresentará, *de forma regionalizada*, os objetivos, diretrizes e metas da administração pública.

Tendo em vista esse fundamento maior e visando obter informações acerca da distribuição regionalizada das intervenções realizadas pelo Estado, o Índice de Regionalização da Execução permite aferir, incentivar e premiar os órgãos/entidades segundo os esforços desenvolvidos para operacionalizar esse intento.

Cabe afirmar também que a obtenção de informações fidedignas sobre a regionalização da execução física e financeira é fundamental não apenas para a prestação de contas e a transparência dos gastos públicos, como também reveste-se de especial importância para a formulação e a avaliação das políticas públicas incumbidas ao Estado.

O índice é obtido através de uma média ponderada dos seguintes indicadores:

<b>Indicador</b>	<b>Sigla</b>	<b>Peso</b>
Percentual de ações com pelo menos 70% de execução física por município	%ATrefis	0,3
Percentual de ações com pelo menos 70% de execução financeira	%ATrefin	0,3

por município		
Percentual de recursos regionalizados por município	%Refin	0,4

O percentual de ações com pelo menos 70% de execução física por município é calculado a partir da seguinte fórmula:

$$\%ATrefis = \left( \frac{\text{N.º ações com pelo menos 70\% de execução física por município}}{\text{N.º total de ações com registro de execução física}} \right) * 100,$$

sendo o percentual de regionalização da execução física por município igual a:

$$Trefis = \left( \frac{\text{Execução física registrada por município}}{\text{Valor total da execução física da ação}} \right) * 100.$$

**Observação:** a) integra o cômputo do %ATrefis as ações não orçamentárias do sistema consignadas no PPAG; b) as ações que possuem mais de 30% de execução física não regionalizável não integrarão o cálculo do índice.

O principal critério para regionalização das metas físicas é o local de entrega final do produto disponibilizado pela ação. Desse modo, a regionalização deve se orientar pelos municípios diretamente beneficiados.

Por sua vez, o percentual de ações com pelo menos 70% de execução financeira por município é calculado pelo seguinte algoritmo:

$$\%ATrefin = \left( \frac{\text{N.º ações com pelo menos 70\% de execução financeira por município}}{\text{N.º total de ações com registro de execução financeira}} \right) * 100,$$

sendo o percentual de execução financeira por município igual a:

$$Trefin = \left( \frac{\text{Execução financeira registrada por município}}{\text{Valor total de execução financeira da ação}} \right) * 100.$$

**Observação:** a) como não possuem registro de execução financeira, as ações não orçamentárias não compõem o cálculo do %ATrefin; b) as ações que possuem mais de 30% de recursos não regionalizáveis não integrarão o cálculo deste indicador.

Já o percentual de recursos regionalizados por município é dado pela seguinte expressão:

$$\%Refin = \left( \frac{\text{Valor de execução financeira registrado por município}}{\text{Valor total da execução financeira}} \right) * 100.$$

A regionalização financeira deve ser realizada pelos municípios efetivamente beneficiados pelos bens ou serviços adquiridos ou contratados, independentemente da sede do órgão/entidade contratante ou das empresas/pessoas contratadas. Nesse sentido, busca-se aferir com quem são despendidos os recursos públicos, mediante o direcionamento atribuído aos bens ou serviços.

Não será admitida a concentração da programação física e/ou financeira em Belo Horizonte ou no município sede de algum órgão ou entidade, sob o pretexto exclusivo de que o orçamento é gerenciado de forma centralizada, ou ainda quando, por dificuldades técnicas ou operacionais, as informações de regionalização não estejam disponíveis. Nesse último caso, as informações deverão ser regionalizadas conforme normatização presente Manual SIGPlan de Monitoramento do PPAG.

Não entrarão cômputo do índice as ações cuja regionalização é de responsabilidade da SCPPO bem como aquelas que, a critério do Manual SIGPlan de Monitoramento do PPAG, não são passíveis de regionalização, a saber, a) aquelas referentes ao pagamento da dívida pública interna e externa; b) as ações voltadas predominantemente para outros estados ou países; c) ações cujos produtos são indivisíveis e atendem direta e simultaneamente várias macrorregiões.

Os parâmetros técnicos para regionalização da execução física e financeira são aqueles estabelecidos no Manual SIGPlan de Monitoramento do PPAG, disponível no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (link: <http://www.planejamento.mg.gov.br/governo/planejamento/ppag/ppag.asp>).

**Fórmula:**  $[(\%ATrefin)*0,3] + [(\%ATrefin)*0,3] + [(\%Refin)*0,4]$ .

**Polaridade:** Maior melhor.

**Cumulatividade:** Cumulativo.

**Unidade de Medida:** Número índice com desempenho variável entre 0% e 100%.

**Periodicidade de Monitoramento:** Bimestral.

**Periodicidade de Avaliação:** Anual, até o dia **20 de fevereiro** de 2015.

**Fonte de Dados e Comprovação:** Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária (SCPPO).

**Meta para o exercício de 2014:** 90%.

**Cálculo do Desempenho de cada ação:** O desempenho acordado nesse indicador será medido e pontuado pela regra abaixo, após aplicada a fórmula acima:

Índice de regionalização da execução	Nota
De 90% até 100%	100
De 80% até 89%	90
De 70% até 79%	80

**ACORDO de RESULTADOS****1ª ETAPA - 2014**

De 60% até 69%	70
De 50% até 59%	60
De 40% até 49%	50
De 30% até 39%	40
De 20% até 29%	30
De 10% até 19%	20
De 1% até 9%	10
0 (zero)	0

**Observação:** O índice de regionalização da execução será calculado de forma agregada considerando a apuração de cada indicador no sistema como um todo. Desse modo, integram o cômputo do indicador as ações das empresas estatais dependentes e independentes que compõem o sistema.